



CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 06.981.176/0001-58 – NIRE 31300020550

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Fica a acionista Companhia Energética de Minas Gerais convocada para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 27 de abril de 2012, às 17 horas, na Av. Barbacena, 1200, 12º andar, ala B1, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias:

- a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como dos respectivos documentos complementares;
- b) destinação do lucro líquido do exercício de 2011, no montante de R\$1.269.012 mil, e do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$109.184 mil;
- c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, no montante de R\$1.314.745 mil;
- d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, se houver alteração na composição do Conselho de Administração da Cemig;
- e) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato.

Belo Horizonte 15 de março de 2012.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE ATÉ 30 DE ABRIL DE 2012.

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais:

O Conselho de Administração da Cemig Geração e Transmissão S.A.:

Considerando o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, os artigos 20 a 24 do Estatuto Social e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2011, com apresentação de lucro líquido de R\$1.269.012 mil e saldo de lucros acumulados de R\$109.184 mil, decorrente de realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial, e que compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro da Companhia;

vem propor que, ao lucro líquido e ao saldo de lucros acumulados do exercício de 2011, nos montantes indicados, seja dada a seguinte destinação:

1) R\$63.451 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social.

2) R\$1.314.745 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos, sendo:

a) R\$223.011 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, como a seguir: R\$185.042 mil, conforme CRCA-061/2011, de 28-09-2011; e, R\$37.969 mil, conforme CRCA-102/2011, de 16-12-2011;

b) R\$486.000 mil na forma de dividendos intermediários, a título de antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2011, conforme CRCA-049/2011, de 28-07-2011;

c) R\$496.550 mil na forma de dividendos complementares de 2011, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 27-04-2012;

d) R\$109.184 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos utilizando o saldo de lucros acumulados advindos da realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 27-04-2012.

Os pagamentos dos dividendos complementares de 2011 e dos dividendos utilizando o saldo de lucros acumulados serão realizados em duas parcelas, 50% até 30-06-2012 e 50% até 30-12-2012, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

O Anexo 1 resume o cálculo dos dividendos propostos pela Administração, em conformidade com o Estatuto Social.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pelos senhores acionistas.

Belo Horizonte, 15 de março de 2012.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck-Presidente

Guy Maria Villela Paschoal-Membro

Djalma Bastos de Moraes-Vice-Presidente

João Camilo Penna-Membro

Antônio Adriano Silva-Membro

Joaquim Francisco de Castro Neto-Membro

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz-Membro

Paulo Roberto Reckziegel Guedes-Membro

Eduardo Borges de Andrade-Membro

Saulo Alves Pereira Junior-Membro

Francelino Pereira dos Santos-Membro

Fernando Henrique Schüffner Neto - Membro

Anexo 1

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2011 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA À SER REALIZADA ATÉ O DIA 30/04/2012.

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A

	31/12/2011
	R\$ mil
Dividendos Obrigatórios	
Lucro Líquido do Exercício	1.269.012
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	634.506
Realização da Reserva de Ajuste de avaliação Patrimonial	109.184
Dividendos Propostos-	
Juros sobre Capital Próprio	223.011
Dividendos intermediários	486.000
Dividendos Complementares	605.734
Total	<u>1.314.745</u>
Dividendos por lote de mil ações - R\$	
Dividendos Estatutários	219,04
Dividendos Propostos	453,86

Anexo 2

Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, em cumprimento ao art. 9º, III da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

10.1 Os diretores devem comentar:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia afirmam que em 2011 a Cemig Geração e Transmissão S.A (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) continuou na sua trajetória de consolidação de ativos no setor elétrico brasileiro e de manutenção da sua lucratividade em patamares elevados, mesmo com todos os desafios e dificuldades apresentadas em um cenário de queda no preço de energia, assegurando à Companhia estar entre as empresas com maior eficiência operacional no setor de geração e transmissão de energia no País.

Neste cenário de desafios em 2011, a Companhia aumentou a sua lucratividade. Os Diretores da Companhia destacam que foi atingido um lucro em 2011 de R\$1.269 milhões na comparação ao lucro de R\$1.084 milhões no ano anterior, um aumento de 17,07%. Também merece destaque a nossa geração de caixa, medida pelo Lajida, R\$2.821 milhões em 2011 em comparação a R\$2.353 milhões em 2010, um aumento de 19,84%.

Em função desses expressivos resultados financeiros, a Companhia pagou dividendos em 2011 no montante de R\$1,3 bilhão, contribuindo de forma relevante para o caixa da controladora da Companhia.

De forma aderente ao planejamento estratégico da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), foram investidos em 2011 na aquisição de novos ativos. Foi feita uma aquisição relevante no setor de transmissão, de R\$1,2 bilhão, com a aquisição de participação acionária em ativos do Grupo Abengoa. Com essa aquisição, a Companhia se consolidou como uma das maiores empresas de transmissão do Brasil.

No setor de geração, foi adquiridas, em conjunto com a Light S.A. (“Light”), uma participação de 9,77% na usina de Belo Monte, a maior usina em construção no País, com capacidade instalada de 11.233 MW. Somada a participação de 10,0% na usina de Santo Antônio, os Diretores da Companhia afirmam que a empresa consolidou a sua atuação na região amazônica, a nova fronteira dos grandes projetos hidrelétricos brasileiros. Essas participações confirmam o compromisso da Cemig Geração e Transmissão em priorizar as fontes renováveis de energia em sua matriz energética.

Em um cenário de queda no preço da energia e buscando manter a lucratividade das suas operações, a Companhia aumentou a sua comercialização de energia elétrica em 2011, com a agregação de novos clientes ao portfólio. Sua liderança nacional no atendimento final aos grandes clientes livres faz com que a empresa tenha um volume de vendas equivalente ao dobro do volume vendido pelo concorrente mais próximo.

A Companhia apresentou, no ano de 2011, um lucro líquido de R\$1.269 milhões, em comparação aos R\$1.084 milhões no ano de 2010, um aumento substancial de 17,07% e a geração de caixa medida pelo LAJIDA apresentou um aumento de 19,84% alcançando a cifra de R\$2.821 milhões, no ano de 2011, quando comparado a R\$2.353 milhões no ano de 2010.

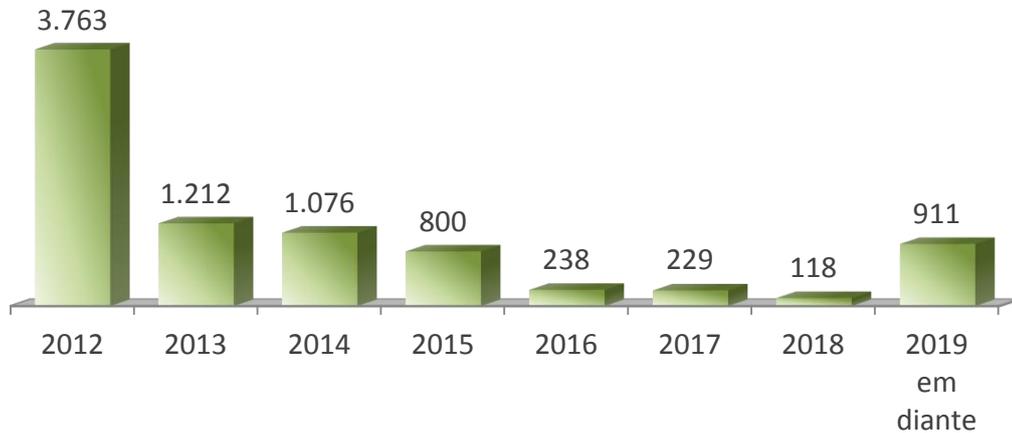
Os Diretores da Companhia continuam confiantes na continuidade do crescimento da economia brasileira nos próximos anos e na conseqüente expansão dos investimentos em infraestrutura, dos quais a disponibilização de energia elétrica é fundamental, em especial na área de geração e transmissão de energia elétrica. Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem um papel relevante neste processo, como empresa de energia que atende a parcela representativa dos grandes clientes industriais do Brasil.

Os Diretores da Companhia sustentam que a liquidez da empresa é adequada, dada a posição de caixa no nível de R\$1.550 milhões em 31 de dezembro de 2011. O caixa montava R\$1.762 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.044 milhões em 31 de dezembro de 2009. Ademais, os Diretores da Companhia destacam a relativa estabilidade do fluxo de caixa advinda da diversificação dos clientes da transmissora e da cláusula de demanda mínima presente nos contratos de compra e venda de energia da geradora.

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2011, por um endividamento de R\$8,3 bilhões, sendo 68% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 32% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de 23% da dívida da Cemig GT no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“waiver”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de covenant ocorrida (waiver foi obtido em 14 de março de 2012). Em 31 de dezembro de 2010, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de aproximadamente R\$7,6 bilhões, sendo 13,36% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 86,64% representado por dívidas de longo prazo. Já em 31 de dezembro de 2009, havia um endividamento de aproximadamente R\$ 6,8 bilhões, sendo 52,28% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 47,72% representado por dívidas de longo prazo. Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3,4 anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2012, conforme gráfico abaixo, que deverá ser parcialmente refinanciada com uma operação de longo prazo, considerando o acesso resiliente da empresa ao mercado de capitais local. Nos demais anos, os pagamentos são de até R\$1.200 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida.

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2011 (R\$ milhões)



O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (6,58% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2011, e 6,77% ao ano, em 31 de dezembro de 2010), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 31 de dezembro de 2011, os principais indexadores das dívidas da Companhia são: CDI (58% do total), IPCA (21% do total) e URTJ (18% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
EBITDA / Juros	3,78	3,66	6,31
Dívida Líquida / EBITDA	2,41	2,50	1,67
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	57%	54%	46%

Fonte: Companhia

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais dívida líquida). O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$5.086 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$6.798 milhões. Já em 31 de dezembro de 2010, era de R\$5.051 milhões e de R\$5.874 milhões, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2009 era de R\$4.519 milhões e de R\$3.776 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 57% em 31 de dezembro de 2011, 54% em 31 de dezembro de 2010 e 46% em 31 de dezembro de 2009.

- i) hipóteses de resgate;**
- ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia. Até 31 de dezembro de 2011, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$2.070 milhões de disponibilidades. Em 2010, foram gerados R\$1.622 milhões de disponibilidades, enquanto que em 2009 foram gerados R\$1.550 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$1.550 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$1.762 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.044 milhões em 31 de dezembro de 2009.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$6.798 milhões, em 31 de dezembro de 2010 era de R\$5.874 milhões e em 31 de dezembro de 2009 a dívida líquida era de R\$3.775 milhões. Os indicadores de 2011 e 2010 indicam que cerca de 2,5 anos de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Já em 2009, a geração de caixa operacional (EBITDA) de 1,6 ano quitaria o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está perfeitamente escalonada ao longo dos anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2012, que já foi parcialmente refinanciada no primeiro trimestre. Há que se destacar que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinanciar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 1ª emissão Notas Promissórias, em 26/07/2006, no valor de R\$900 milhões destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro/2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos, com a Eletrobrás e com a

Fundação Forluminas, bem como ao resgate parcial da 2ª série da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;

- 1ª emissão de debêntures simples, em 01/11/2006, no valor de R\$294,7 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 2ª emissão Notas Promissórias, em 21/12/2007, no valor de R\$200 milhões destinados a recomposição de caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida da Companhia ocorridos desde janeiro de 2007 e das dívidas vincendas até o final do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos e com a Eletrobrás;
- 3ª emissão Notas Promissórias, em 30/10/2009, no valor de R\$2.700 milhões destinados para aportes de capital, recomposição de caixa e investimentos;
- 2ª emissão de debêntures simples, em 15/01/2010, no valor de R\$2.700 milhões destinados à rolagem da 3ª emissão de Notas Promissórias;
- 4ª emissão Notas Promissórias, em 13/01/2012, no valor de R\$1.000 milhões destinados à rolagem da 1ª série da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia;
- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2012, no valor de R\$1.350 milhões, destinados ao pré-pagamento da 4ª emissão de Notas Promissórias e ao reforço de capital de giro.

O passivo circulante era de R\$6.269 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$1.591 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$6.031 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e, também, garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

Ao longo do ano de 2011, a Companhia valeu-se de sua confortável posição de caixa para pagar o seu serviço de dívida, num montante de R\$1.219 milhões (sendo R\$689 milhões de principal), sem, praticamente, recorrer a novas captações, como forma de otimizar sua alavancagem.

Em 2010, foram captados pela Companhia R\$2.949 milhões, sendo R\$2.700 milhões por meio de uma emissão de debêntures para a quitação das notas promissórias de mesmo valor utilizadas na aquisição das ações da TAESA e outros investimentos, R\$242 milhões por meio de rolagem de dívidas bancárias e R\$7 milhões por meio de contratos celebrados com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP ("FINEP") para a realização de estudos de inventário de usinas. Para uma visão consolidada da Companhia, deve-se registrar a contratação de cerca de R\$1.061 milhões em financiamentos por parte de suas controladas e coligadas (valor proporcional à participação acionária da Companhia).

Foram captados, em 2009, R\$3.494 milhões, sendo R\$ 663 milhões por meio de operações de rolagem de dívidas bancárias, R\$130 milhões por meio de contratos celebrados com o Banco Nacional do

Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e com a FINEP, para investimento na Usina Hidrelétrica Baguari e a realização de estudos de inventário de usinas, respectivamente, e R\$ 2.700 milhões por meio da emissão de notas promissórias, para utilização dos recursos na aquisição das ações da TAESA e outros investimentos. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas no montante de R\$63 milhões, por meio de aditivos a contratos existentes. Para uma visão consolidada da Companhia, vale registrar a contratação de cerca de R\$423 milhões em financiamentos por parte de suas subsidiárias.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- *Aproveitar as condições favoráveis de mercado.* Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- *Manter alongado o cronograma de amortização da dívida.* Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- *Reduzir o custo financeiro.* Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- *Otimizar a exposição à moeda estrangeira.* Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A CEMIG, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.
- *Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG.* A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / EBITDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- *Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores.* Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$8,35 bilhões, sendo R\$6.798 bilhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$7,64 bilhões, sendo R\$5,87 bilhões a dívida líquida, e em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 6,8 bilhões, sendo R\$3,78 bilhões a dívida líquida.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, sendo que a elevação do endividamento de 2009 para 2010 deveu-se ao financiamento do processo de aquisição de ativos:

		31 de dezembro de	
	2011	2010	2009
Endividamento do Patrimônio Líquido	2,08	1,90	2,13
Dívida Líquida / EBITDA	2,41	2,50	1,67
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	57%	54%	46%

Fonte: Companhia

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2011 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	2011					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	1.387	-	1.387
BID - ATE II (10)	2022	Libor + spread de 1,7 a 2,2% a.a	USD	2.969	49.933	52.902
BID - ATE III (10)	2023	Libor + spread de 1,5 a 1,88% a.a	USD	7.061	85.500	92.561
Dívida referente a Moeda Estrangeira				11.417	135.433	146.850
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	492.838	-	492.838
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	23.896	22.319	46.215
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	2.516	30.000	32.516
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	918.661	-	918.661
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	87.064	-	87.064
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	830	775	1.605
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	8.027	103.651	111.678
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	35.829	34.096	69.925
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	640	910	1.550
Debêntures (1)	2011	104,00 do CDI	R\$	-	-	-
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (3)	2031	IGP-M	R\$	-	46.896	46.896
Debêntures (1) (13)	2015	IPCA + 7,68*	R\$	1.369.385	-	1.369.385
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2015	0,042**	R\$	(1.448)	(971)	(1.448)
Debêntures (1) (13)	2012	CDI + 0,90*	R\$	1.754.782	-	1.754.782
Debêntures Custo de Transação (1) (13)	2012	0,1051**	R\$	(68)	-	(68)
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.887	12.716	25.603
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	7.910	7.429	15.339
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	48.207	44.765	92.972
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.274	15.643	19.917
Consórcio Pipoca (6)	2011	IPCA	R\$	185	-	185
Unibanco S.A.(2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	864	4.904	5.768
Banco do Brasil S.A. (2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.732	20.036	22.768
BNDES (4)	2033	TJLP + 2,40	R\$	1.251	348.254	349.505
Debêntures (4)	2013	IPCA	R\$	135.450	71.644	207.094
BNDES (Repasse) (4)	2033	TJLP + 3,8	R\$	1.686	353.097	354.783
Banco da Amazônia (4)	2029	TJLP + 4,0	R\$	92	54.715	54.807
BNDES (5)	2024	TJLP + 2,5	R\$	3.054	36.907	39.961
CEF (7)	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.941	57.843	64.784
CEF (8)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.685	46.424	52.109
CEF (9)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.294	85.973	95.267
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "A" e "C" (10)	2018	UMBNDDES + 4,0%	R\$	237	66.695	66.932
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "B" e "D" (10)	2018	TJLP + 4,0%	R\$	60	9.792	9.852
BNDES - NTE-SUBCREDITO "C" (10)	2016	UMBNDDES + 5,0%	R\$	311	1.552	1.863
BNDES - NTE-SUBCREDITO "A" e "B" (10)	2016	TJLP + 5,0%	R\$	1.763	8.736	10.499
CEF (10) (13)	2016	117,5 do CDI*	R\$	1.667	5.871	7.538
CEF (Custo de Transação) (10) (13)	2016	0,0059**	R\$	10.817	37.951	48.768
FINAME - SUBCREDITO "A" SANTANDER (10)	2019	70% - Taxa fixa 8,70% a.a	R\$	3	333	336
FINAME - SUBCREDITO "B" SANTANDER (10)	2019	20% - TJLP + 4,2% a.a.	R\$	1	95	96
Sindicato Bancos (10)	2013	CDI + 0,90	R\$	9.264	9.198	18.462
BNDES (11)	2024	TJLP + 2,56	R\$	670.247	-	670.247
BNDES (11)	2019	4,5% AA	R\$	(1.115)	-	(1.115)
NOTAS PROMISSORIAS (ITAÚ) (10) (13)	2012	CDI + 105,5%*	R\$	2.442	8.311	10.753
NOTAS PROMISSORIAS (ITAÚ) CUSTO TRANS. (10) (13)	2012	0,0019**	R\$	(67)	(101)	(168)
BNDES (10)	2018	TJLP + 4,0% a.a.	R\$	6.164	33.967	40.131
BNDES (10)	2018	Cestade Moedas	R\$	875	6.029	6.904
BNDES (10)	2019	TJLP + 3 a 4,3% a.a.	R\$	7.806	52.902	60.708
BNDES (10)	2019	Cestade Moedas	R\$	1.994	13.758	15.752
BNDES (10)	2017	TJLP + 5,0% a.a.	R\$	3.177	12.927	16.104
BNDES (10)	2017	Cestade Moedas	R\$	426	2.050	2.476
Unibanco	2013	TJLP + 3,8% a.a.	R\$	447	222	669
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2015	CDI + 1,30%*	R\$	10.555	196.593	207.148
DEBENTURES 1ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO (1) (10) (13)	2015	0,00013**	R\$	(340)	(379)	(719)
DEBENTURES 1ª EMISSÃO(1) (10) (13)	2015	IPCA + 7,91%*	R\$	5.679	157.843	163.522
DEBENTURES 1ª EMISSÃO CUSTO TRANSAÇÃO (1) (10) (13)	2015	0,00013**	R\$	(167)	(186)	(353)

DEBENTURES 2ª EMISSÃO (1) (10) (13)	2017	106,0% do CDI*	R\$	2.605	462.051	464.656
DEBENTURES 2ª EMISSÃO (CUSTO TRANSAÇÃO) (1) (10) (13)	2017	0,000069**	R\$	(477)	(1.543)	(2.020)
BNDES (14)	2028	URTJ + 1,97	R\$	1.550	48.038	49.588
Dívida referente à Moeda Nacional				5.669.388	2.531.702	8.201.090
Total Geral				5.680.805	2.667.135	8.347.940

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
 (2) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
 (3) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
 (4) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
 (5) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
 (6) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
 (7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
 (8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
 (9) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
 (10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
 (11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE
 (12) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia
 (13) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :
 (14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto LIGHT GER
 * Taxa contratual
 ** Taxa efetiva do custo de transação

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira. Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2011:

I. Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu as Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393, no valor de R\$ 100 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 500 milhões, utilizadas para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada Cédula de Crédito Bancário será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 33,3 milhões cada, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor de cada uma dessas Cédulas de Crédito Bancário em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 102,1 milhões, totalizando R\$ 510,4 milhões.

II. Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu as Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395, no valor de R\$ 35 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 280 milhões, utilizadas para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada Cédula de Crédito Bancário será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 11,6 milhões cada, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor de cada um dessas Cédulas de Crédito Bancário em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 35,8 milhões, totalizando, aproximadamente, R\$ 285,8 milhões.

III. Cédula de Crédito Bancário nº 330.800.392

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº 330.800.392, no valor de R\$ 120 milhões, para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização da Cédula de Crédito Bancário será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 40 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 122,5 milhões.

IV. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.257

Em novembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram um contrato de empréstimo, no valor de R\$104,8 milhões, destinados à rolagem de dívida da Companhia. Em decorrência do processo de desverticalização da CEMIG, 50,56% do respectivo saldo devedor foi alocado na Companhia por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Companhia, a CEMIG (na qualidade de avalista) e o Banco do Brasil S.A. Os juros incidentes sobre a operação foram de 111% da variação do CDI e o respectivo vencimento se deu em novembro de 2009, quando o instrumento foi aditado sendo o vencimento final prorrogado para novembro de 2012 e os juros incidentes sobre a operação alterados para 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, foi celebrado o segundo aditivo a esse contrato, estendendo o prazo da parcela vencida em 2010 por mais 2 anos e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 35,9 milhões.

V. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591, no valor de R\$152,5 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da Companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 103,8 milhões.

VI. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592, no valor de R\$428,4 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 291,2 milhões.

VII. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.638

Em dezembro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.638, no valor de R\$57,1 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em dezembro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$38,2 milhões.

VIII. Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante

Em outubro de 2005, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A. o Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante, no valor total de R\$ 83,1 milhões, cuja garantia foi a emissão de nota promissória, garantida por aval da CEMIG. Sobre o saldo principal do contrato incidem juros à taxa 1,70% ao ano, acrescida de 100% da taxa média do CDI, calculado diariamente com base em um ano de 252 dias úteis. O financiamento foi concedido com a finalidade de efetuar o pagamento de dívidas da Companhia e será amortizado em quatro parcelas anuais, com início em outubro de 2010. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 42,4 milhões.

IX. Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 734

Em agosto de 2005, a Companhia celebrou com o Unibanco S.A. (antigo nome do Itaú Unibanco S.A.) o Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 734, com abertura de linha de crédito no valor de R\$ 925 milhões para rolagem de parte da dívida da Companhia. Desse valor, foram utilizados R\$ 157,9 milhões, liberados em diversos desembolsos por meio de cartas de adesão. A respectiva amortização será efetuada nos vencimentos pactuados nas cartas de adesão, sendo que o vencimento final se dará em novembro de 2013. Os encargos incidentes sobre o financiamento foram de 1,7% ao ano, acrescidos de 100% do CDI. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 81,6 milhões.

X. Contrato de Abertura de Crédito nº 08.2.1074.1

Em março de 2009, a Companhia celebrou com o BNDES, um contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 122 milhões, com a finalidade de implantar a UHE Baguari. O contrato teve como intervenientes a CEMIG e a Baguari Energia S.A. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,34% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente durante o período de amortização, que será realizada em 192 parcelas mensais, sendo que o pagamento da primeira parcela ocorreu em agosto de 2010. O vencimento final do contrato será em julho de 2026 e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 111,7 milhões.

XI. Cédula de Crédito Bancário nº TJ5.01/02

Em outubro de 2005, a Companhia emitiu em favor do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") a Cédula de Crédito Bancário nº TJ5.01/02 no valor de R\$ 81,8 milhões, sendo a CEMIG garantidora desta operação. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 100% da taxa média do CDI acrescidos da taxa de 1,70% ao ano. A Cédula de Crédito Bancário deverá ser paga em quatro parcelas anuais, com início em outubro de

2010. O referido crédito foi concedido para o pagamento de dívidas da Companhia anteriormente contraídas junto ao Itaú BBA e para o pagamento de debêntures emitidas pela Companhia. O saldo devedor desse financiamento, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 41,7 milhões.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2010:

Em 31 de dezembro de 2010 (Consolidado)

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
					(em milhares)	
MOEDA ESTRANGEIRA						
Banco do Brasil S.A. ⁽¹⁾	2009	3,90	JPY	-	-	-
B.N.P. Paribas	2010	Libor+1,875	US\$	-	-	-
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.568	1.241	3.809
UNIBANCO S.A. ⁽²⁾	2009	6,50	US\$	-	-	-
UNIBANCO S.A. ⁽³⁾	2009	5,00	US\$	-	-	-
Dívida referente a Moeda Estrangeira				2.568	1.241	3.809
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	254.741	484.111	738.852
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	24.549	44.638	69.187
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	2.208	30.000	32.208
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	17.842	900.000	917.842
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	46.143	84.215	130.358
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	854	1.551	2.405
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.055	111.281	119.336
Bradesco S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	36.603	68.192	104.795
Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70	R\$	1	1.365	1.366
Bradesco S.A. ⁽¹⁵⁾	2010	CDI	R\$	-	-	-
Debêntures ⁽⁴⁾	2009	CDI+1,20	R\$	-	-	-
Debêntures ⁽⁴⁾	2011	104,00 do CDI	R\$	243.038	-	243.038
Debêntures – Governo do Estado de M. G. ⁽⁴⁾⁽⁶⁾	2031	IGP-M	R\$	-	37.083	37.083
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	IPCA+7,68 *	R\$	87.906	1.198.877	1.286.783
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	0,042 **	R\$	(475)	(1.448)	(1.923)
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2012	CDI+0,90 *	R\$	161.685	1.566.000	1.727.685
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2012	0,1051 **	R\$	(1.643)	(68)	(1.711)
ELETROBRÁS	2013	inel+7,50 a 8,50	R\$	12.591	24.133	36.724
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	8.112	14.857	22.969
UNIBANCO S.A.	2009	CDI+2,98	R\$	-	-	-
UNIBANCO S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	49.431	89.531	138.962
Energ Power ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	-	-	-
FINEP ⁽⁹⁾	2015	TJLP+5,00	R\$	2.233	12.769	15.002

ORTENG Equipamentos e Sistemas ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	-	-	-
Construtora Quebec ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	-	-	-
Consórcio Pipoca	2011	IPCA	R\$	270	-	270
Unibanco S.A. ⁽⁵⁾	2020	TJLP+2,55	R\$	712	5.748	6.460
Banco do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	2020	TJLP+2,55	R\$	2.732	22.768	25.500
BNDES ⁽⁷⁾	2033	TJLP+2,40	R\$	-	262.420	262.420
Debêntures ⁽⁷⁾	2013	IPCA	R\$	-	182.188	182.188
BNDES (Repasse) ⁽⁷⁾	2033	TJLP+3,8	R\$	-	247.502	247.502
Banco da Amazônia ⁽⁷⁾	2029	TJLP+4,0	R\$	-	68.656	68.656
BNDES ⁽⁸⁾	2024	TJLP+2,50	R\$	2.758	39.360	42.118
CEF ⁽¹⁰⁾	2022	TJLP+3,50	R\$	5.327	48.830	54.157
CEF ⁽¹¹⁾	2022	TJLP+3,50	R\$	6.496	60.632	67.128
CEF ⁽¹²⁾	2021	TJLP+3,50	R\$	7.992	88.609	96.601
BNDES ⁽¹³⁾	2018	TJLP	R\$	277	1.646	1.923
BNDES ⁽¹³⁾	2018	UMBND	R\$	1.770	10.455	12.225
CEF ⁽¹³⁾⁽¹⁶⁾	2016	117,5 do CDI *	R\$	2.468	10.687	13.155
CEF ⁽¹³⁾⁽¹⁶⁾	2016	0,059 **	R\$	(84)	(168)	(252)
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	CDI+1,30 *	R\$	10.610	195.593	206.203
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	0,013 **	R\$	(299)	(612)	(911)
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	IPCA+7,91 *	R\$	4.696	147.595	152.291
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	0,01 3**	R\$	(226)	(461)	(687)
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2017	106 do CDI *	R\$	2.558	462.051	464.609
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2017	0,0069 **	R\$	(475)	(1.965)	(2.440)
Sindicato Bancos Novatrans ⁽¹³⁾	2013	CDI+0,90	R\$	9.328	18.368	27.696
Sindicato Bancos ⁽¹³⁾	2010	CDI+1,50	R\$	-	-	-
BNDES ⁽¹⁴⁾	2024	TJLP + 2,56	R\$	5.452	67.016	72.468
BNDES ⁽¹⁴⁾	2019	4,50	R\$	1.335	10.385	11.720
Banco Pine ⁽¹⁴⁾	2010	CDI+4,80	R\$	-	-	-
Dívida referente a Moeda Nacional				1.017.571	6.614.390	7.631.961
Total Geral				1.020.139	6.615.631	7.635.770

(1) a (3) Foram contratados *swaps* com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os *swaps*: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

(8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.

(9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

(11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.

(12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.

(13) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA.

(14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE.

(15) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia.

(16) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :

* Taxa contratual

** Taxa efetiva do custo de transação

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2009:

Em 31 de dezembro de 2009 (Consolidado)

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)		Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
						(em milhares)	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. (1)	2009	3,9		JPY	-	-	-
BNP Paribas	2010	Libor + 1,875		US\$	5.877	-	5.877
BNP Paribas	2012	5,89		EURO	2.957	4.189	7.146
UNIBANCO S.A. (2)	2009	6,5		US\$	-	-	-
UNIBANCO S.A. (3)	2009	5		US\$	-	-	-
Dívida referente a Moeda Estrangeira					8.834	4.189	13.023
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse	2010	106,00	do	R\$	75.156	-	75.156
First Boston S.A.		CDI					
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00	do	R\$	21.701	41.762	63.463
		CDI					
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00	do	R\$	230.708	442.349	673.057
		CDI					
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70		R\$	24.817	66.957	91.774
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60	do	R\$	1.900	30.000	31.900
		CDI					
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10	do	R\$	14.255	900.000	914.255
		CDI					
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70		R\$	46.607	126.323	172.930
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50	do	R\$	25.157	-	25.157
		CDI					
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70		R\$	862	2.326	3.188
BNDES	2026	TJLP+2,34		R\$	5.246	118.913	124.159
Bradesco S.A	2013	CDI + 1,70		R\$	36.875	102.288	139.163
Bradesco S.A	2014	CDI + 1,70		R\$	456	1.365	1.821
Bradesco S.A (15)	2010	113,00	do	R\$	2.742.383	-	2.742.383
		CDI					
Debêntures (4)	2009	CDI + 1,20		R\$	-	-	-
Debêntures (4)	2011	104,00	do	R\$	3.365-	238.816	242.181
		CDI					
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (4) (6)	2031	IGP-M		R\$	-	37.053	37.053
ELETROBRÁS							
	2013	FINEL + 7,50 a 8,50		R\$	12.323	35.942	48.265
Santander do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70		R\$	8.185	22.286	30.471
UNIBANCO S.A	2009	CDI + 2,98		R\$	-	-	-
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70		R\$	49.708	134.296	184.004
Energ Power (9)	2012	IPCA		R\$	218	655	873
FINEP (9)	2015	URTJ+5,00		R\$	37	7.904	7.941
ORTENG	2012	IPCA		R\$	94	283	377
Equipamentos e Sistemas (9)							
Construtora Quebec (9)	2012	IPCA		R\$	301	901	1.202
UNIBANCO S.A (5)	2020	TJLP+2,55		R\$	715	6.437	7.152

Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP+2,55	R\$	2.731	25.501	28.232
BNDES (7)	2033	TJLP+2,40	R\$	-	134.660	134.660
Debêntures (7)	2013	IPCA	R\$	-	161.824	161.824
BNDES (Repasse) (7)	2033	TJLP	R\$	-	79.649	79.699
Banco da Amazônia (7)	2029	TJLP+4,0	R\$	-	28.913	28.913
BNDES (8)	2024	TJLP + 2,5	R\$	-	25.248	25.248
CEF S.A. (10)	2022	TJLP+3,50	R\$	4.789	59.381	64.170
CEF S.A. (11)	2022	TJLP+3,50	R\$	5.026	51.096	56.122
CEF S.A. (12)	2022	TJLP+3,50	R\$	6.541	82.416	88.957
BNDES (13)	2018	TJLP	R\$	32.228	244.952	277.180
BNDES (13)	2018	UMBND	R\$	2.941	23.712	26.653
Sindicato Bancos (13)	2013	CDI + 0,90	R\$	5.311	15.683	20.994
Novatrans (13)						
Sindicato Bancos (13)	2010	CDI + 1,50	R\$	180.472	-	180.472
Banco Pine (14)	2010	CDI + 4,80	R\$	15.272	-	15.272
Dívida em Moeda Nacional				3.556.380	3.249.891	6.806.271
Total Geral Consolidado				3.565.214	3.254.080	6.819.294

Fonte: Companhia

(1) a (3) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

(4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

(6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

(8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.

(9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

(11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.

(12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.

(13) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA.

(14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE.

(15) Nota Promissória da Companhia.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii . Grau de Subordinação da Dívida

Cerca de 49% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da empresa *holding* CEMIG e cerca de 5% da dívida é garantido por recebíveis da empresa e das subsidiárias.

iv. Restrições impostas à Companhia

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco Itaú BBA e com o Banco Santander há *covenants* financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Itaú BBA:

EBITDA/Despesas financeiras líquidas:	maior ou igual a 2,8
Dívida/(patrimônio líquido + dívida):	menor ou igual a 53
Dívida/EBITDA:	menor ou igual a 3,36
Dívida curto prazo/EBITDA:	menor ou igual a 90
Investimento/EBITDA:	menor ou igual a 60

Banco Santander

Ebitda/Juros:	maior ou igual a 3
Dívida/Ebitda:	menor ou igual a 2,5

A Companhia obteve do Banco Itaú BBA e do Banco Santander a sua renúncia em declarar o vencimento antecipado das respectivas dívidas em função da ultrapassagem de alguns *covenants* financeiros.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia requer a autorização prévia do BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2011 em relação a 2010:

- Aumento de 28,82% nos ativos financeiros da concessão registrados no Curto e Longo Prazo, no montante de R\$1.005 milhões, em função da aquisição de participação nos ativos de transmissão do grupo Abengoa (detalhes no item 10.2), com a consolidação dos ativos financeiros da controlada em conjunto, e também da atualização do ativo financeiro constituído em exercícios anteriores.
- Registro de Investimentos em 2011 no valor de R\$110 milhões referente a aquisição de participação na empresa Norte Energia, empresa detentora da concessão da usina de Belo Monte (detalhes no ítem 10.2).
- Aumento de 9,33% na dívida com empréstimos e financiamentos da Companhia, no valor de R\$712 milhões, em função dos empréstimos obtidos em 2011 no valor de R\$1.193 milhões em comparação a amortização de financiamentos de R\$744 milhões.

Principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2010 em relação a 2009:

- Redução de 42,13% no caixa consolidado, R\$3.044 milhões em 2009 comparados com

R\$1.762 milhões em 2010, decorrente substancialmente do programa de investimentos e pagamento de dividendos ocorridos em 2010 conforme maiores detalhes no fluxo de caixa da Companhia.

- Aumento de 41,24% nos ativos financeiros da concessão registrados no Longo Prazo, no montante de R\$914 milhões, em função da aquisição de participação adicional na Taesa (detalhes no item 10.2), com a consolidação dos ativos financeiros da controlada em conjunto.
- Redução em 2010 do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no curto prazo, R\$1.020 milhões em 2010 comparados a R\$4.620 milhões em 2009. No ano de 2009 a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas de seus contratos de empréstimos e financiamentos, sendo obtido o consentimento dos seus credores após a data de 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, em atendimento as novas normas contábeis, todos os empréstimos com cláusulas restritivas foram transferido em 2009 do curto para o longo prazo e reclassificados novamente para o longo prazo em 2010.

10.2 - Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor:

Resultado de exercício de 2011 em comparação ao resultado do exercício de 2010

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2011, um resultado de R\$1.269 milhões em comparação ao resultado de R\$1.084 milhões no exercício de 2010, representando um aumento de 17,07%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2011 R\$ milhões	2010 R\$ milhões Reclassificado	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	4.300	3.703	16,12
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	1.330	1.058	25,71
Receita de Construção	92	163	(43,56)
Outras receitas operacionais	22	28	(21,43)
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.187)	(1.026)	15,69
	<u>4.557</u>	<u>3.926</u>	<u>16,07</u>

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado				Preço Médio – R\$	
	MWh (**)		R\$ milhões			
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Industrial	19.841.439	18.644.010	2.488	2.079	125,40	111,51
Comercial	101.282	56.067	23	15	229,44	272,87
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	65	14	-	-
	<u>19.942.721</u>	<u>18.700.077</u>	<u>2.576</u>	<u>2.108</u>	<u>129,21</u>	<u>112,75</u>
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	15.300.801	15.253.926	1.539	1.446	100,57	94,80
Transações com energia na CCEE	3.797.573	2.401.305	149	125	39,04	51,94
Vendas no Proinfa	120.827	84.771	36	24	298,08	280,49
Total	<u>39.161.922</u>	<u>36.440.079</u>	<u>4.300</u>	<u>3.703</u>	<u>109,79</u>	<u>101,62</u>

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.300 milhões em 2011 em comparação a R\$3.703 milhões em 2010, representando um aumento de 16,12%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 6,65% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da maior atividade de comercialização de energia em 2011. Adicionalmente, contribuiu para o aumento da receita o reajuste dos contratos de venda de energia, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias não ter variado significativamente, houve um aumento de 6,43% na receita com energia vendida, R\$1.539 milhões em 2011 comparados a R\$1.446 milhões em 2010, em função do aumento de 6,09% no preço médio de venda da energia, R\$100,57 no exercício de 2011 em comparação a R\$94,80 no exercício de 2010.

Receita de Concessão da Transmissão

Para as concessões antigas, a Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema Interligado Brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A receita de concessão da transmissão foi de R\$1.330 milhões em 2011 comparados a R\$1.058 milhões em 2010, um aumento de 25,71% em decorrência, principalmente, da atualização monetária do ativo de transmissão da Taesa, com um impacto no resultado da Cemig Geração e Transmissão de R\$178 milhões. Essa atualização foi decorrente da divulgação do índice de atualização da tarifa da Taesa a partir de julho de 2011, no percentual de 9,77%.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$1.187 milhões comparados a R\$1.026 milhões em 2010, um aumento de 15,69%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC foram de R\$59 milhões em 2011 comparados a R\$46 milhões em 2010, representando um aumento de 28,26%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com CDE foram de R\$38 milhões em 2011 na comparação com R\$37 milhões em 2010, com aumento de 2,70%, e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.102 milhões em 2011 na comparação com R\$1.947 milhões em 2010, representando um aumento de 7,96%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$583 milhões em 2011 comparados a R\$371 milhões em 2010, representando um aumento de 57,14%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$300 milhões em 2011 comparados a R\$307 milhões em 2010, representando uma redução de 2,28%. Este resultado decorre, principalmente, da redução do número de empregados médios, que foi de 1.804 em 2011 e 1.922 em 2010, uma variação de 6,14%, compensando o aumento nos salários em função dos acordos coletivos de nov/10 (efeito integral em 2011) e nov/11, com reajustes médios de 7% e 8,20% respectivamente.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$55 milhões em 2011 comparados a R\$75 milhões em 2010, representando uma redução de 26,67%.

Deve ser ressaltado que os valores registrados em 2010 estavam a maior em R\$11 milhões relativo à Participação Extraordinária adicional prevista no Acordo Coletivo de Trabalho de 2009.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$164 milhões em 2011 na comparação com R\$149 milhões em 2010 representando um aumento de 10,07%. A principal variação ocorreu nos serviços de consultoria, parcialmente compensado com a redução de custos com cortes e religações de consumidores. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 24b das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$12 milhões em 2011 comparados a uma reversão de provisão de R\$9 milhões em 2010. Esta variação decorre, principalmente, da reversão de provisões de contingências trabalhistas e provisões para créditos de liquidação duvidosa em 2010 para adequação às expectativas de perdas da Companhia. Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$92 milhões em 2011 comparados a R\$164 milhões em 2010, representando uma redução de 43,90%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, e sua redução decorre de menor investimento em ativos da concessão no exercício de 2011.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA
(metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O Lajida da Companhia apresentou um aumento de 19,89% em 2011 na comparação com 2010. O expressivo aumento do Lajida em 2011 decorre basicamente do incremento de 16,06% na receita líquida, resultado da maior atividade de comercialização, em comparação a um menor crescimento nas despesas, de 7,96%, refletindo a otimização de custos implementada pela Companhia.

LAJIDA - R\$ mil	2011	2010	Var %
Resultado do Exercício	1.269	1.084	17,07
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	494	382	29,32
+ Resultado Financeiro	692	513	34,89
+ Amortização e Depreciação	366	374	(2,14)
= LAJIDA	<u>2.821</u>	<u>2.353</u>	<u>19,89</u>

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$692 milhões em 2011 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$513 milhões em 2010, um aumento de 34,89%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$747 milhões em 2011 comparados a R\$642 milhões em 2010. Esse aumento decorre basicamente dos novos empréstimos e financiamentos obtidos em 2011 e da maior variação do CDI no primeiro semestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, decorrência do aumento na taxa Selic definida pelo Banco Central do Brasil;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$88 milhões em 2011 na comparação com R\$67 milhões em 2010. Esse aumento decorre do maior volume de empréstimos vinculados à variação do IPCA em 2011 em comparação a 2010. A variação acumulada do IPCA em 2011 foi de 6,50% comparada a 5,91% em 2010;
- despesa líquida de ajuste a valor presente, no montante de R\$1 milhão em 2011 na comparação a uma receita líquida de R\$37 milhões em 2010. Este resultado decorre, principalmente, da variação do IGPM nos períodos comparados. Em 2011 o IGPM apresentou variação positiva de 5,1% e, em 2010, uma variação de 11,32%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$494 milhões em relação ao Resultado de R\$1.763 milhões, representando um percentual de 28,02%. Em 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$382 milhões em relação ao Resultado de R\$1.466 milhões antes dos efeitos fiscais,

representando um percentual de 26,06%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Resultado de exercício de 2010 em comparação ao resultado do exercício de 2009

A Cemig GT apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$1.084 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.103 milhões no exercício de 2009, representando uma redução de 1,72%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2010 (reclassificado)	2009	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	3.703	3.621	2,26
Receita de uso da rede –com impostos	1.058	667	58,62
Receita de Infraestrutura de transmissão – com impostos	163	122	33,61
Outras receitas operacionais	28	25	12,00
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.026)	(899)	14,13
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	<u>3.926</u>	<u>3.536</u>	<u>11,03</u>

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.703 milhões em 2010 em comparação a R\$3.621 milhões em 2009, representando um aumento de 2,26%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 13,80% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da recuperação da atividade industrial e pela migração de clientes do mercado cativo, compensada pela redução do preço médio por MWh em 2010. A receita, com consumidores livres, foi de R\$2.108 milhões em 2010 comparados a R\$1.765 milhões em 2009. A tarifa média de venda em 2010 foi de R\$112,75 na comparação com R\$107,48 em 2009, um aumento de 4,90%.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, reduziu em 3,41%, com uma diminuição na receita advinda dessa venda no montante de R\$214 milhões. Esta redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (CCEAR), devido ao encerramento de Contratos e o redirecionamento da energia para clientes livres.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se, basicamente, a operação e manutenção à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão e suas controladas, pelos Geradores e Distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

Em função das novas práticas contábeis, para as concessões de concessão novas das controladas da Cemig, somente são registradas nessa rubrica a parcela da receita relacionada a operação e manutenção das linhas. Parte da receita da concessão foi registrada durante o período da concessão como receita de construção.

A Receita de uso da rede foi de R\$1.058 milhões em 2010 na comparação com R\$667 milhões em 2009, um aumento de 58,62%. Este aumento deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa média de

transmissão e da aquisição da Controlada Taesa no final de 2009, sendo a receita originada dessa controlada reconhecida integralmente no resultado de 2010 em comparação a apenas 2 meses de 2009.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$1.026 milhões comparados a R\$899 milhões em 2009, um aumento de 14,13%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC foram de R\$46 milhões em 2010 comparados a R\$25 milhões em 2009, representando um aumento de 84,00%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com CDE foram de R\$37 milhões em 2010 na comparação com R\$29 milhões em 2009, com aumento de 27,59% e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.946 milhões em 2010 na comparação com R\$1.723 milhões em 2009, representando um aumento de 12,94%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal em 2010 foi de R\$307 milhões em 2010 na comparação com R\$309 milhões em 2009, sem apresentar variação relevante. Deve ser destacada a redução de 10,68% no quadro de empregados da Companhia, que passou de 2.041 em 2009 para 1.823 em 2010. Essa redução foi obtida em função do Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia, que teve uma despesa relacionada a sua implementação de R\$41 milhões em 2009 contra R\$15 milhões no mesmo período de 2010 (ajuste da provisão de 2009).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$371 milhões em 2010 comparados a R\$149 milhões em 2009, representando um aumento de 148,99%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$149 milhões em 2010 na comparação com R\$151 milhões em 2009, sem apresentar variação expressiva. Os principais custos estão relacionados a meio ambiente, manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos e conservação, vigilância e limpeza de prédios.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização foi de R\$374 milhões em 2010 na comparação com R\$445 milhões em 2009, uma redução de 15,96%.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$82 milhões em 2010 na comparação com R\$52 milhões em 2009, um aumento de 57,69%. Este resultado decorre do aumento dos gastos com arrendamento e aluguéis, seguros e taxa de fiscalização.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 4,21% em 2010 na comparação com 2009, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	2010	2009	Var %
Lucro Líquido	1.084	1.103	(1,72)
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	382	433	(11,78)
+ Resultado Financeiro	513	277	85,20
+ Amortização e Depreciação	374	445	(15,96)
= LAJIDA	<u>2.353</u>	<u>2.258</u>	<u>4,21</u>
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV	15	41	(63,41)
= LAJIDA AJUSTADO	<u>2.368</u>	<u>2.299</u>	<u>3,00</u>

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$513 milhões em 2010 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$277 milhões em 2009, um aumento de 85,20%. Os

itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 62% na Receita de Aplicações Financeiras: R\$243 milhões em 2010 na comparação com R\$150 milhões em 2009. Este aumento decorre do maior volume de recursos aplicados em 2010 na comparação com 2009 tendo em vista o maior volume de recursos disponíveis;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$642 milhões em 2010 comparados a R\$358 milhões em 2009. Este aumento decorre do aumento do endividamento da Companhia no final de 2009, com a emissão, em outubro de 2009, de notas promissórias (commercial papers), no montante de R\$2.700 milhões, liquidadas em março de 2010 através da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures no mesmo valor;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$67 milhões em 2010 na comparação com R\$5 milhões em 2009, decorrente da maior variação em 2010 dos índices inflacionários utilizados como indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia;
- receita líquida de ajuste a valor presente, no montante de R\$37 milhões em 2010 na comparação a uma despesa de R\$6 milhões em 2009. Este resultado decorre da variação do IGPM nos períodos comparados. Em 2010 o IGPM apresentou variação positiva de 11,32% e, no mesmo período do ano anterior, apresentou variação negativa de 2,58%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$382 milhões em relação ao lucro de R\$1.466 milhões, representando um percentual de 26,06%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$433 milhões em relação ao lucro de R\$1.536 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,19%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia possui contratos de venda de energia aos seus consumidores industriais e também às distribuidoras de energia elétrica que possuem cláusulas de correção baseadas na variação dos índices inflacionários, principalmente IGP-M e IPCA, medido pelo IBGE.

A Companhia possui contratos de venda de energia a seus consumidores industriais indexados a variação do dólar norte-americano, entretanto, esses contratos representam um percentual reduzido da receita da Companhia, não provocando efeitos expressivos.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais impactos no resultado operacional da Companhia em função da inflação decorrem do aumento da receita referente aos contratos de venda de energia indexados a índices inflacionários, conforme mencionado no item anterior.

O resultado financeiro da Companhia é impactado principalmente pela variação do CDI, tendo em vista que 58,47% da dívida da Companhia está vinculada a este indexador.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreram nos três últimos exercícios.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de participação acionária – ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a controlada em conjunto Taesa celebrou contratos de compra e venda de ações com o Grupo Abengoa, sendo o primeiro relativo a 100% de uma concessão e o segundo, à participação de 50% em sociedade com a ABENGOA composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica. A Taesa adquiriu (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no Capital Social da Abengoa Participações Holding S.A. que, por sua vez, é titular de 100% (cem por cento) de participação no capital social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A.; e, e (ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no Capital Social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. A operação aumentou a participação da Taesa no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6%, em termos de Receita Anual Permitida (RAP). A Companhia pagou por esta aquisição, com os recursos oriundos de sua 4ª emissão de notas promissórias, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações, o valor total de R\$1,17 bilhão em 29 de novembro de 2011, quando da conclusão da operação.

Aquisição da Norte Energia S.A.

Os Conselhos de Administração da Cemig Geração e Transmissão e da Light aprovaram, em outubro de 2011, a aquisição de 9,77% do capital social da Norte Energia S.A., empresa detentora da concessão para construção e operação da UHE Belo Monte. A aquisição foi realizada através da Amazônia Energia, empresa na qual a Light detém 51% das ações ON e a Cemig Geração e Transmissão detém 49% das ações ON e 100% das ações PN. O preço total pago em 01 de novembro de 2011 pela aquisição das ações da NES A foi de R\$88.424, e se refere ao reembolso dos valores aportados até o momento pelos vendedores, corrigidos pelo IPCA até 26 de outubro de 2011.

Aquisição de participação acionária – Lightger S.A.

A Cemig Geração e Transmissão adquiriu da Light S.A, em 18 de agosto de 2010, 49% do Capital Social total e votante da Lightger, sociedade de propósito específico, controlada da Light, detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi. A Cemig GT pagou pela aquisição o valor de R\$19.960 mil.

Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica –TAESA

A Companhia realizou, no dia 6 de maio de 2010, a Oferta Pública de Aquisições de Ações e Units, detidas pelos acionistas não controladores, por meio da Transmissora Alterosa de Energia Elétrica, com a aquisição de 86,17% destas ações, o que corresponde a 29,42% do capital total da TAESA, pelo valor de R\$1.001.851 mil (R\$15,57 por ação).

Foi apurado um ágio de R\$523.367 mil, correspondente à rentabilidade futura em função da exploração das concessões no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Com esta Operação, a Companhia, juntamente com o Fundo de investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da Taesa (antiga Terna Participações). Parte dos acionistas não controladores não aderiu à Oferta Pública de Aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no Mercado.

O ágio na aquisição da empresa Terna Participações S.A., correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido dessa controlada em conjunto e decorre da rentabilidade futura em função da exploração da concessão no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio, registrado no Intangível, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

c. eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis em 2011.

As primeiras Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas de acordo com as IFRS foram em 2010.

As políticas contábeis foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira e o desempenho financeiro da Companhia.

Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

Os principais efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia em função da adoção em 2010 dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de nºs 15 a 43, das Interpretações Técnicas de nºs 1 a 16 e das orientações técnicas de nº de 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

a) Interpretação Técnica ICPC.01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC.05 – Contratos de Concessão

Esta Interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;

o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de transmissão de energia e de geração eólica, não se aplicando aos contratos de geração hidráulica e térmica.

De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do Ativo Financeiro.

Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia, foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

Aplicação na atividade de transmissão:

Na atividade de transmissão a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da receita anual permitida (RAP) durante o prazo de concessão; e (b) parte como indenização (para os casos que existe o direito contratual) dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão, a receita decorre apenas da disponibilização da rede, sendo que para a infraestrutura não utilizada até o final da concessão existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, a infraestrutura utilizada na concessão foi integralmente registrada como um Ativo Financeiro.

Os critérios de aplicação da ICPC 01 na atividade de transmissão para as concessões antigas, referentes aos ativos da Cemig GT, e para as concessões de transmissão novas, referentes aos ativos das demais empresas controladas em conjunto, são como segue:

Concessões de transmissão novas:

Para as novas concessões de transmissão, os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor justo, que inclui, para alguns contratos, margem de lucro.

Deve ser ressaltado que o registro no resultado dos custos de infraestrutura somente ocorreu para os ativos que serão utilizados durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão foi registrada como um ativo financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Também para as novas concessões foi registrada no ativo, durante o período da construção, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, ajustada pelo valor justo.

Após a adoção inicial, os ativos financeiros das concessões novas passaram a gerar uma receita financeira pela atualização da receita registrada com base na taxa efetiva de retorno.

Os impactos no Patrimônio Líquido em função da adoção do ICPC 01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados nesta Nota Explicativa.

Concessões de transmissão antigas:

Para as concessões de transmissão antigas, a Companhia considera que em função do volume e idade dos ativos, não haveria condições de aplicar a ICPC.01 de forma retroativa. Dessa forma, com base na aprovação do seu Conselho de Administração em 28 de março de 2011, foram utilizados na adoção os saldos contábeis dos ativos.

Os ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, foram integralmente alocados como um ativo financeiro.

Os impactos no patrimônio líquido em função da adoção do ICPC.01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados nesta Nota Explicativa, sendo que para as concessões de transmissão antigas não ocorreu impacto, tendo em vista que foram utilizados na adoção os saldos contábeis originalmente registrados.

Aplicação na atividade de geração eólica:

A interpretação técnica ICPC.01 (IFRIC 12) é aplicável para a atividade de geração eólica em função da infraestrutura ser utilizada durante a concessão, ou seja, os ativos são, em sua maior parte, integralmente depreciados durante o período de vigência da concessão.

Adicionalmente, o preço de venda da energia é definido em conformidade ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, ou seja, a venda da energia proveniente das usinas eólicas não é realizada em mercado de livre negociação.

Dessa forma, os saldos dos ativos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, foram transferidos para o ativo intangível.

Os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor presente que inclui os impostos incidentes sobre a receita e margem de lucro.

b) Pronunciamento CPC. 27 (IAS 16) e Interpretação Técnica ICPC.10 – Ativo Imobilizado

A Companhia fez uma avaliação do valor justo dos seus ativos de geração mais antigos registrados nas controladas e controladas em conjunto Cemig GT, Sá Carvalho, Rosal, Horizontes, Light e Cemig PCH, sendo contratada empresa especializada para avaliação dos ativos de geração e Light Energia e a definição do seu valor justo pelo custo de reposição. Não foi alterada a vida útil dos ativos, tendo em vista que a Companhia adotou aquelas estimadas e definidas pela ANEEL.

Para os demais ativos de geração, a Companhia entende que os valores contábeis refletem basicamente o seu valor justo, não sendo feita nova avaliação dos ativos.

A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro em conta específica do Patrimônio Líquido de cada uma das controladas em conta denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, com o ajuste também reflexo no Patrimônio líquido da Companhia.

c) Orientação OCPC.05 – Contratos de Concessão - Outorgas onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhecia as despesas incorridas de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido.

Entretanto, a partir do exercício de 2010, a Companhia alterou, de forma retroativa, a prática contábil para registro dessas outorgas onerosas, por entender que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, sendo registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

O Ativo Intangível é amortizado a partir da entrada em operação da usina, sendo que a obrigação registrada a valor presente no passivo também é atualizada mensalmente com base nas premissas financeiras que foram utilizadas para registro inicial dessa obrigação.

d) Pronunciamento CPC.20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados

Em função do pronunciamento mencionado, foram alterados os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a obras específicas.

Esse procedimento implica na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

e) Pronunciamento CPC.27 (IAS 16) e ICPC.01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração

Até o exercício de 2009 a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, através de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$2.204.

f) Pronunciamento CPC.33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego

A Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego.

Apesar do Pronunciamento CPC.33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, determina que na adoção do Pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 ainda não reconhecidos e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa.

Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$147.646 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente as perdas atuariais ainda não reconhecidas em 01 de janeiro de 2009.

Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior a obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC.33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$111.550, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 19.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

g) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual

A definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Internacionais – IASB desde 2005, através de consecutivas reuniões do IFRIC (Comitê de Interpretações de Normas Contábeis).

Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, devido ao número expressivo de contribuições recebidas, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para o último trimestre de 2011.

Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios.

Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis, estando apresentados na nota explicativa nº 29 os principais saldos dos itens regulatórios que não foram registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

h) Pronunciamento CPC 32 (IAS 12) – Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis

Em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes referente ao ano de 2011. Apenas as ênfases abaixo:

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 1.353.287 mil (R\$ 1.279.002 mil no Consolidado). O efeito proporcional na Companhia é de R\$ 127.900 mil. Na referida nota explicativa estão descritos os planos da Administração da Madeira Energia S.A. para equalização da situação do capital circulante líquido negativo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ainda conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2011 totalizavam R\$ 11.510.013 mil, de acordo com as expectativas da Administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o primeiro trimestre de 2012. O montante proporcional à Companhia é de R\$ 1.151.001 mil no ativo imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A 1ª ênfase mencionada acima destaca a única diferença entre o IFRS e as demonstrações contábeis individuais da Companhia, elaboradas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionada à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas.

A 2ª ênfase destaca a situação do capital circulante negativo da Madeira, sendo necessário o aportes de recursos dos acionistas, estimados em R\$2.881.000 em 2012, para fazer face as suas obrigações de curto prazo. Os recursos para garantir o cumprimento das obrigações estão previstos no orçamento da Companhia.

A 3ª ênfase está relacionada à necessidade de aportes na controlada Madeira Energia para a manutenção das suas atividades, tendo em vista que ainda se encontra em atividade pré-operacional. Os recursos para garantir a continuidade das suas atividades estão previstos no orçamento da Companhia.

Nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes referente ao ano de 2010. Apenas as ênfases abaixo:

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$7.077,9 milhões, de acordo com as expectativas da administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$707,8 milhões no ativo imobilizado.

A 1ª ênfase mencionada acima destaca a única diferença entre o IFRS e as demonstrações contábeis individuais da Companhia, elaboradas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionada à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas.

A 2ª ênfase está relacionada à necessidade de aportes na controlada Madeira Energia para a manutenção das suas atividades, tendo em vista que ainda se encontra em atividade pré-operacional. Os recursos para garantir a continuidade das suas atividades estão previstos no orçamento da Companhia.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota 7 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;

Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social;

Nota 14 – Depreciação;

Nota 15 – Amortização;

Nota 20 – Obrigações Pós-Emprego;

Nota 21 – Provisões; e

Nota 23 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;

Nota 28 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos. A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2011, com base nos critérios estabelecidos no documento Integrated Internal Control Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2011, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos e compra de venda de energia, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	3.763.458	1.212.466	1.076.208	800.496	237.563	1.257.749	8.347.940
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	290.027	307.428	325.874	345.427	366.152	3.545.372	5.180.280
Compra de Energia	653.516	961.424	1.225.892	911.632	865.145	19.661.253	24.278.862
	4.707.001	2.481.318	2.627.974	2.057.555	1.468.860	24.464.374	37.807.082

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- Despesas futuras com compra de energia

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b) natureza e o propósito da operação

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8, ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia. Nestes casos, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro operacional em função dessas operações.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
- descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos
 - fontes de financiamento dos investimentos
 - desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos
- i. Nos próximos 3 anos, a Companhia deverá investir cerca de R\$0,5bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Atividade	2012	2013	2014	Total
Programa Básico (1)	222,9	293,8	26,3	543,0
<i>Geração</i>	<i>84,8</i>	<i>228,1</i>	<i>5,1</i>	<i>318,0</i>
<i>Transmissão</i>	<i>138,1</i>	<i>65,7</i>	<i>21,2</i>	<i>225,0</i>
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>TBE (EBTE)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>TBE (Recompra de Ações)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Light (OPA Redentor – LUCE (LPESA))</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
Total Geral (2)	222,9	293,8	26,3	543,0

(1) Valores estimados em moeda de junho/2012, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; expansão do atendimento a clientes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; infraestrutura de apoio abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.

(2) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da Companhia. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.

ii. A Empresa espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, recursos da Eletrobrás e do Estado de Minas Gerais, bem como da emissão de títulos e valores mobiliários ou de empréstimos bancários para rolagem de dívida ou garantidos por duplicatas de venda mercantil.

iii. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A companhia não possui nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capaz de influenciar materialmente sua capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Tecnologia e Inovação

A Companhia conta com inúmeras parcerias com instituições de pesquisa, a fim de permitir que a Empresa tenha participação ativa no processo de desenvolvimento de tecnologia no campo da sua área de atividade – geração, transmissão e distribuição de energia.

Por meio do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Cemig, são geradas novas metodologias, processos, softwares, materiais, dispositivos e equipamentos voltados para melhorias do sistema elétrico e do processo operativo, além do aumento da segurança pessoal e patrimonial. O P&D é composto por uma gama de projetos em 12 diferentes temas de pesquisa.

Anualmente são divulgadas as demandas da Empresa para a captação de propostas que serão avaliadas pelo corpo técnico da Cemig através dos chamados Fóruns Tecnológicos. Essas propostas são transformadas em projetos desenvolvidos por meio de uma extensa rede de parceiros, gerando desde protótipos de tecnologias de ponta até o licenciamento de produtos com potencial mercadológico.

ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nas tabelas a seguir, são mostrados os valores investidos e previstos em P&D na Cemig em 2010, 2011, 2012 e 2013:

Empresas	2010	2011	Total
<i>Cemig Geração e Transmissão</i>	<i>7,0</i>	<i>18,0</i>	<i>25,0</i>
Empresas	2012	2013	Total
<i>Cemig Geração e Transmissão</i>	<i>20,0</i>	<i>22,0</i>	<i>42,0</i>

iii - projetos em desenvolvimento já divulgados

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Projetos 2011

Dentre os projetos da carteira de 2011, podemos destacar:

1 - GT402 – Pesquisa Aplicada: Aplicação de métodos quimiométricos multivariados no gerenciamento de bacias hidrográficas.

Ano 1 = 607.198 Total = 1.400.169

Fonte: Termo de Abertura de Projeto

2 – GT455 - Análise da dinâmica migratória de populações de curimatá-pioa (*Prochilodus costatus*) e curimatá-pacu (*Prochilodus argenteus*) na região de influência da UHE Três Marias: monitoramento genético e de migrações reprodutivas.

Ano 1 = 5.094.490 Total = 12.100.275

Fonte:

3 – GT461 - Sistema para Monitoração Óptica de Descargas Parciais em Buchas de Trafo em Subestações.

Ano 1 = 666.836 Total = 1.946.828

Fonte: XML enviado para a Aneel

4 - GT439 – Desenvolvimento de soluções inovadoras para viabilização de canais de atendimento automatizado presenciais aos consumidores da CEMIG, incluindo pessoas com deficiência visual, auditiva, pessoas com baixo letramento e idosos.

Ano 1 = 2.051.566 Total = 5.654.760

Fonte: Plano de trabalho assinado.

Além desses projetos, a Companhia tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica.

Tem investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel.

Outra linha de investimento são os projetos de melhoria de eficiência operacional, sustentabilidade ambiental e melhoria do atendimento a clientes.

iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos estão contemplados no item ii.

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores do exercício de 2011, 2010 e 2009 que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

Anexo 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 1.353.287 mil (R\$ 1.279.002 mil no Consolidado). O efeito proporcional na Companhia é de R\$ 127.900 mil. Na referida nota explicativa estão descritos os planos da Administração da Madeira Energia S.A. para equalização da situação do capital circulante líquido negativo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ainda conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2011 totalizavam R\$ 11.510.013 mil, de acordo com as expectativas da Administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o primeiro trimestre de 2012. O montante proporcional à Companhia é de R\$ 1.151.001 mil no ativo imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 26 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

Anexo 4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 27-04-2012, referente à destinação do Lucro Líquido de 2011 no montante de R\$1.269.012 mil e do saldo de lucros acumulados no montante de R\$109.184 mil, conforme a seguir: 1) R\$63.451 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social. 2) R\$1.314.745 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos, sendo: a) R\$223.011 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, como a seguir: R\$185.042 mil, conforme CRCA-061/2011, de 28-09-2011; e, R\$37.969 mil, conforme CRCA-102/2011, de 16-12-2011; b) R\$486.000 mil na forma de dividendos intermediários, a título de antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2011, conforme CRCA-049/2011, de 28-07-2011; c) R\$496.550 mil na forma de dividendos complementares de 2011, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 27-04-2012; d) R\$109.184 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos utilizando o saldo de lucros acumulados advindos da realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 27-04-2012. Os pagamentos dos dividendos complementares de 2011 e dos dividendos utilizando o saldo de lucros acumulados serão realizados em duas parcelas, 50% até 30-06-2012 e 50% até 30-12-2012, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva. Após analisarem atentamente a aludida Proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 15 de março de 2012.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Vicente de Paulo Barros Pegoraro
Rafael Cardoso Cordeiro

Formulário de Referência: Itens 12.6 a 12.10 – Informações dos candidatos a membros do Conselho Fiscal da Cemig GT indicados pelo acionista controlador.

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Aliomar Silva Lima

Idade: 58 anos

Profissão: economista

CPF: 131654456-72

Data nascimento: 07-10-1953

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data da Assembleia convocada para eleição: 27-04-2012

Data prevista da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., Companhia de Gás de Minas Gerais-GASMIG, Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom e Redentor Energia S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom e Redentor Energia S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Ari Barcelos da Silva

Idade: 70 anos

Profissão: administrador de empresas

CPF: 006124137-72

Data nascimento: 03-03-1942

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data da Assembleia convocada para eleição: 27-04-2012

Data prevista da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

Idade: 67 anos

Profissão: Jornalista

CPF: 026939257-20

Data nascimento: 22-11-1944

Cargo eletivo: Presidente

Data da Assembleia convocada para eleição: 27-04-2012

Data prevista da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho Fiscal da Light S.A. desde 2006.

Desde 1973 titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda., nas áreas da administração e da comunicação social, com ênfase para a coordenação de verbas de publicidade, promoção e marketing para grandes empresas.

Escreve na revista FOCO, e colaborador do Caderno do Jornal do Brasil e Jornal Diário do Comércio - SP, é comentarista da TV Rede Vida com três Programas Semanais.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A..

Membro do Conselho Fiscal da Light S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Helton da Silva Soares

Idade: 35 anos

Profissão: contador

CPF: 000185326-08

Data nascimento: 25-02-1977

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data da Assembleia convocada para eleição: 27-04-2012

Data prevista da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Executivo da Construtora Andrade Gutierrez S.A. desde julho de 1998, atua como membro do Conselho Fiscal da Madeira Energia S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal da CONTAX Participações S.A..

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Luiz Guaritá Neto

Idade: 57 anos

Profissão: engenheiro e empresário

CPF: 289118816-00

Data nascimento: 21-04-1955

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data da Assembleia convocada para eleição: 27-04-2012

Data prevista da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

È vice-presidente da Associação dos Municípios – ABM e Presidente da Associação Macroregional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM. É membro do Conselho Estadual de Habitação.

Primeiro Suplente Senador Dr. Eduardo Brandão de Azeredo / Mandato: 01/01/2003 a 31/12/2010

Desde 2003 é membro do Conselho Fiscal da CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Membro do Conselho Administrativo do Shopping Center Uberaba, desde 2009

Sócio Diretor da Construtora RCG Ltda., desde 2000

Sócio Diretor da Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda., desde 1986

Sócio Diretor da Guaritá e Guaritá Participações Ltda., desde 2006

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Marcus Eolo de Lamounier Bicalho

Idade: 70 anos

Profissão: economista

CPF: 001909696-87

Data nascimento: 16-09-1941

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data da Assembleia convocada para eleição: 27-04-2012

Data prevista da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas de março/2007 até janeiro/2011.

Desde abril/ 2011: Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., empresa pública voltada para o financiamento e fomento da economia do Estado de Minas Gerais.

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e da Cemig D e Cemig GT, desde 2004.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig D e Cemig GT.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Newton de Moura

Idade: 70 anos

Profissão: bancário e economiário

CPF: 010559846-15

Data nascimento: 21-03-1941

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data da Assembleia convocada para eleição: 27-04-2012

Data prevista da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

O Sr. Newton nasceu em 21/03/1941 em Formiga, MG. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Divinópolis – MG. Possui MBA na área de Administração pela UFMG. Foi Gerente do Banco do Brasil em 1996 e Diretor Vice Presidente da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis Ltda. É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Rafael Cardoso Cordeiro

Idade: 31 anos

Profissão: engenheiro civil

CPF: 037496966-32

Data nascimento: 13-09-1980

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data da Assembleia convocada para eleição: 27-04-2012

Data prevista da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

A partir de 2005, na Andrade Gutierrez Concessões, passou a atuar no departamento financeiro, nas áreas de tesouraria, operações financeiras estruturadas, relações com instituições financeiras, mercado de capitais, relação com investidores e análise econômico-financeira de novos projetos.

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Thales de Souza Ramos Filho

Idade: 72 anos

Profissão: médico

CPF: 003734436-68

Data nascimento: 22-03-1940

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data da Assembleia convocada para eleição: 27-04-2012

Data prevista da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2004.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Vicente de Paulo Barros Pegoraro

Idade: 67 anos

Profissão: pensionista

CPF: 004826419-91

Data nascimento: 05-08-1944

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data da Assembleia convocada para eleição: 27-04-2012

Data prevista da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

O Sr. Vicente nasceu em 05-08-1944 em Três Pontas, MG. Graduado em Administração e Ciências Contábeis pela UNB e Direito pela Universidade Federal do Paraná. Foi Conselheiro Fiscal do Banco do Brasil, de 2001 a 2003 e Conselheiro Fiscal/membro do Comitê de Auditoria da TIM Participações S.A. em 2006.

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 29-04-2009.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig GT

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig GT;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig GT, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):